

Dimitri **Dimoulis** Soraya **Lunardi**

Curso de **PROCESSO
CONSTITUCIONAL**

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
E REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

7ª edição

- Obra atualizada com os mais recentes escritos e decisões do STF
- Novo tópico sobre mecanismos de controle de constitucionalidade e exclusão de minorias sociais

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

OBJETO E OBJETIVO DO LIVRO	19
FORMA DE UTILIZAÇÃO DO LIVRO	23
1. Leitura ativa.....	23
2. Ensino participativo	25
3. Utilização da bibliografia.....	25
INTRODUÇÃO – O QUE É “PROCESSO CONSTITUCIONAL”	27
1. O conceito de “processo”. Uma abstração teórica de grande utilidade.....	27
1.1. O processo como abstração de segunda ordem.....	27
1.2. Estudo de comportamentos ou estudo de regras?.....	28
1.3. O processo como sequência temporal.....	30
2. Processo legal	31
3. Processo judicial.....	33
4. Processo constitucional (judicial e não judicial)	35
4.1. Definição	35
4.2. Histórico da consolidação do direito processual constitucional.....	38
5. Leituras de aprofundamento	41

I

SURGIMENTO DO CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE NA HISTÓRIA CONSTITUCIONAL (1780-1920)

1. A supremacia da Constituição.....	43
1.1. Definição	43
1.2. Quem deve garantir a supremacia constitucional?	47
1.2.1. Resposta 1: o legislador	48
1.2.2. Resposta 2: o Poder Executivo	48
1.2.3. Resposta 3: o Poder Judiciário	49
1.2.4. Resposta 4: a Corte Constitucional	50
1.2.5. Resposta 5: “todos”	50
1.3. Leituras de aprofundamento	51
2. O controle judicial de constitucionalidade segundo <i>The federalist papers</i>	51
2.1. Introdução.....	51
2.2. <i>The federalist papers</i> , artigo n. 78 (Alexandre Hamilton, 1788).....	52
3. O controle de constitucionalidade pela Suprema Corte dos EUA.....	57
3.1. Situação constitucional	57
3.2. Histórico do caso <i>Marbury vs. Madison</i>	58

3.3.	Texto da decisão <i>Marbury vs. Madison</i>	59
3.4.	O cálculo político de Marshall	68
3.5.	Leituras de aprofundamento	70
4.	O controle de constitucionalidade na Áustria: Corte constitucional	70
4.1.	Situação constitucional	70
4.2.	Configuração do controle judicial concentrado.....	72
4.3.	O artigo 140, 1-4 da Constituição austríaca, na versão de 1929.....	74
4.4.	Comentários.....	75
4.5.	Leituras de aprofundamento	76
5.	O controle de constitucionalidade na Grécia do século XIX.....	76
5.1.	Situação constitucional	76
5.2.	Jurisprudência grega sobre o controle de constitucionalidade (final do século XIX)	77
5.2.1.	Decisão do Tribunal de Primeira Instância de Atenas n. 6.664, de 1892.....	77
5.2.2.	Decisão da Corte de Cassação do Reino da Grécia, Primeira Câmara, n. 23, de 1897.....	78
5.2.3.	Comentários	79
5.3.	Leituras de aprofundamento	82
6.	Normas e decisões históricas sobre o controle de constitucionalidade no Brasil.....	82
6.1.	Textos normativos.....	82
6.1.1.	Decreto 510 do Governo Provisório, de 1890	82
6.1.2.	Decreto 848 do Governo Provisório, de 1890	82
6.1.3.	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891... ..	82
6.1.4.	Lei 221, de 1894	83
6.1.5.	Constituição de 1891 após a reforma constitucional de 1926.....	83
6.2.	Decisão do Supremo Tribunal Federal, Apelação Cível n. 216, julgada em 20-1-1897.....	83
6.3.	Comentários.....	86
6.4.	Leituras de aprofundamento	88
7.	Exercícios práticos.....	89
7.1.	Argumentações sobre a necessidade e as formas do controle judicial de constitucionalidade	89
7.2.	Assessorando o Governador de Ohio.....	89
7.3.	Marshall no Brasil	89

II

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO COMPARADO

1.	Definição do controle de constitucionalidade.....	91
2.	Finalidades e formas de classificação do controle de constitucionalidade.....	94
3.	Critérios de classificação de aplicação geral.....	95
3.1.	Permissibilidade	95

3.1.1.	Sistema positivo.....	95
3.1.2.	Sistema negativo.....	95
3.2.	Origem-legitimação do órgão fiscalizador.....	96
3.2.1.	Órgãos judiciais.....	97
3.2.2.	Órgãos políticos (não judiciais).....	97
3.2.3.	Sistema combinado.....	97
3.3.	Objeto de controle (condutas controladas).....	98
3.3.1.	Total-irrestrito.....	98
3.3.2.	Parcial-limitado.....	98
3.4.	Natureza da conduta controlada.....	99
3.4.1.	Inconstitucionalidade por ação.....	99
3.4.2.	Inconstitucionalidade por omissão.....	99
3.4.3.	Sistema combinado.....	100
4.	Critérios de classificação do controle judicial de constitucionalidade.....	101
4.1.	Número de fiscais da constitucionalidade.....	101
4.1.1.	Sistema difuso (universal).....	101
4.1.2.	Sistema concentrado.....	101
4.1.3.	Sistemas mistos?.....	102
4.2.	Qualificação dos fiscais (formação e experiência profissional).....	103
4.2.1.	Juízes com formação-atuação jurídica.....	103
4.2.2.	Juízes leigos.....	104
4.2.3.	Sistema misto.....	104
4.3.	Momento da propositura.....	104
4.3.1.	Preventivo.....	104
4.3.2.	Repressivo.....	105
4.3.3.	Combinado.....	105
4.4.	Tipos de fiscalização.....	105
4.4.1.	Abstrato.....	105
4.4.2.	Concreto.....	106
4.4.3.	Combinado.....	106
4.5.	Posição na sequência processual.....	106
4.5.1.	Principal (via de ação).....	106
4.5.2.	Incidental (via de exceção).....	107
4.5.3.	Combinado.....	107
4.6.	Etapas de tramitação.....	107
4.6.1.	Bifásico.....	107
4.6.2.	Monofásico.....	108
4.7.	Legitimados para promover o controle.....	108
4.7.1.	Acesso restrito.....	108
4.7.2.	Acesso médio.....	108
4.7.3.	Acesso amplo.....	109
4.8.	Alcance pessoal dos efeitos da decisão.....	109
4.8.1.	<i>Inter partes</i>	109

4.8.2. <i>Erga omnes</i>	109
4.8.3. Persuasiva	110
4.9. Carga de eficácia preponderante e alcance temporal da decisão	110
4.9.1. Decisão declaratória	110
4.9.2. Decisão constitutiva	110
4.9.3. Decisão de efeitos modulados	111
5. Relações entre as categorias classificatórias e modelos de controle judicial	112
6. Mecanismos de controle de constitucionalidade e de exclusão de minorias sociais	114
7. Exercícios práticos	115
8. Leituras de aprofundamento	115

III

ações de controle judicial abstrato no Brasil

1. Introdução	118
2. Formas de inconstitucionalidade	119
2.1. Natureza da norma violada	120
2.1.1. Inconstitucionalidade formal	120
2.1.2. Inconstitucionalidade material	120
2.2. Momento de ocorrência da inconstitucionalidade	121
2.2.1. Inconstitucionalidade originária	121
2.2.2. Inconstitucionalidade superveniente	121
2.2.2.1. Inconstitucionalidade superveniente (apenas) material em razão da mudança do parâmetro	121
2.2.2.2. Inconstitucionalidade superveniente hermenêutica	122
2.2.2.3. Há constitucionalidade superveniente?	122
2.3. Leituras de aprofundamento	123
3. Finalidade e procedimento das ações de controle abstrato	124
3.1. Ação direta de inconstitucionalidade (ADIn)	124
3.1.1. Normas vigentes	124
3.1.1.1. Constituição Federal	124
3.1.1.2. Lei 9.868, de 10.11.1999	124
3.1.2. Objetivos e características	126
3.1.3. Legitimação	127
3.1.4. Conteúdo da petição inicial	129
3.1.5. <i>Causa petendi</i> aberta	130
3.1.6. Procedimento	132
3.1.7. Objeto de controle	135
3.1.7.1. Direito constitucional secundário	135
3.1.7.2. Leis e atos normativos federais	138
3.1.7.3. Leis e atos normativos estaduais e distritais	139
3.1.7.4. Atos e omissões que não podem ser objeto da ADIn	140
3.1.8. Parâmetro de controle	141

3.1.9. Concessão de medidas cautelares.....	142
3.1.10. Decisão final	145
3.1.11. Recursos.....	147
3.1.12. Leituras de aprofundamento.....	147
3.1.13. Exercício prático.....	147
3.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)	148
3.2.1. Normas vigentes	148
3.2.1.1. Constituição Federal de 1988.....	148
3.2.1.2. Lei 9.868, de 10.11.1999, com os acréscimos da Lei 12.063, de 27.10.2009	149
3.2.2. Objetivos e características	151
3.2.3. Legitimação.....	152
3.2.4. Conteúdo da petição inicial e <i>causa petendi</i> aberta.....	154
3.2.5. Procedimento.....	156
3.2.6. Objeto de controle	157
3.2.7. Parâmetro de controle	159
3.2.8. Concessão de Medidas Cautelares	161
3.2.9. Decisão final	163
3.2.9.1. Efeitos em caso de omissão administrativa	163
3.2.9.2. Efeitos em caso de omissão legislativa.....	164
3.2.9.3. Ineficácia da ADO?	166
3.2.10. Recursos.....	167
3.2.11. Leituras de aprofundamento.....	167
3.2.12. Exercício prático.....	167
3.3. Ação declaratória de constitucionalidade (ADC).....	168
3.3.1. Normas vigentes	168
3.3.1.1. Constituição Federal de 1988.....	168
3.3.1.2. Lei 9.868, de 10.11.1999	168
3.3.2. Finalidades e características gerais	170
3.3.3. Legitimação e participação no processo	172
3.3.4. Requisitos processuais	174
3.3.4.1. Controvérsia judicial relevante.....	174
3.3.4.2. Conteúdo mínimo da petição inicial	175
3.3.4.3. <i>Causa petendi</i> aberta.....	176
3.3.5. Procedimento.....	177
3.3.6. Objeto de controle	178
3.3.6.1. Direito constitucional secundário	178
3.3.7. Leis e atos normativos federais.....	180
3.3.8. Parâmetro de controle	182
3.3.9. Concessão de Medidas Cautelares	182
3.3.10. Decisão final	184
3.3.11. Recursos.....	185
3.3.12. Leituras de aprofundamento.....	186

3.4.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	186
3.4.1.	Normas vigentes	186
3.4.1.1.	Constituição Federal de 1988.....	186
3.4.1.2.	Lei 9.882, de 3.12.1999	186
3.4.2.	Objetivos e características	188
3.4.3.	Legitimação.....	189
3.4.4.	Conteúdo da petição inicial e <i>causa petendi</i> aberta.....	191
3.4.5.	Procedimento.....	192
3.4.6.	Objeto de controle	194
3.4.6.1.	ADPF principal	194
3.4.6.2.	ADPF incidental	196
3.4.7.	Condições de admissibilidade	197
3.4.7.1.	“Descumprimento”	197
3.4.7.2.	Relevância da controvérsia constitucional.....	198
3.4.7.3.	Relação com os demais meios de controle judicial da constitucionalidade.....	199
3.4.8.	Parâmetro de controle	202
3.4.9.	Concessão de medidas cautelares	204
3.4.10.	Decisão final	206
3.4.11.	Recursos.....	207
3.4.12.	Leituras de aprofundamento.....	207
3.4.13.	Exercício prático	207
4.	Efeitos das decisões do controle abstrato de constitucionalidade.....	208
4.1.	Dados normativos	208
4.1.1.	Constituição Federal de 1988.....	208
4.1.2.	Lei 9.868, de 10.11.1999	208
4.1.3.	Lei 9.882, de 3.12.1999	208
4.2.	Efeito vinculante	209
4.2.1.	Significado	209
4.2.2.	Previsão normativa	210
4.2.3.	Abrangência do efeito vinculante	211
4.2.3.1.	Abrangência objetiva transcendente.....	211
4.2.3.2.	Abrangência subjetiva.....	213
4.2.3.3.	Consequências da inobservância do efeito vinculante	217
4.3.	Eficácia <i>erga omnes</i>	218
4.4.	Efeitos repristinatórios.....	219
4.5.	A coisa julgada no processo objetivo	221
4.5.1.	Definição.....	221
4.5.2.	Cosa julgada formal no processo objetivo.....	222
4.5.3.	Inexistência de coisa julgada material no processo objetivo	222
4.6.	Efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade no controle abstrato	225
4.6.1.	Definições e modelos.....	225
4.6.2.	A modulação de efeitos no direito brasileiro	227
4.6.3.	A modulação de efeitos temporais em ADIn. Estudo empírico.....	230

4.7. Leituras de aprofundamento	234
4.8. Exercício prático	234
5. Estatísticas das ações de controle abstrato	235
5.1. Volume e resultado das ações.....	235
5.1.1. Dados.....	235
5.1.2. Comentários	235
5.2. Atores que utilizam a ADIn.....	236
5.2.1. Dados estatísticos	236
5.2.2. Comentários	237
5.3. Duração das ações diretas	240
5.3.1. Dados estatísticos	240
5.3.2. Influência processual da medida cautelar e do pedido de vista.....	241

IV

CONFIGURAÇÃO DO PROCESSO OBJETIVO NO BRASIL

1. Definição do processo objetivo.....	243
2. Configuração histórica do processo objetivo	245
3. Características do processo objetivo	248
3.1. Ausência de partes	249
3.2. Ausência de interesse pessoal e de direito subjetivo tutelado.....	251
3.2.1. Generalidades	251
3.2.2. O requisito da pertinência temática e a presença de interesses	252
3.2.3. Ausência de interesses concretos e atuação do <i>amicus curiae</i>	254
3.3. Não se aplica o contraditório	257
3.4. Não são verificados fatos nem se admitem provas	258
3.5. Busca da verdade pelo juiz	260
3.6. Natureza política do objeto do processo objetivo	261
4. Processo objetivo e limites de acesso à justiça constitucional	264
4.1. Filtro da legitimidade.....	264
4.2. Filtro do duplo controle de admissibilidade	264
4.3. Filtro da discricionariedade do julgador	265
4.4. Filtro do objeto de controle	265
4.5. Filtro temporal	266
4.6. Filtro da definição da pauta de julgamento.....	266
5. Autocriação e heterorreferência no processo constitucional.....	266
5.1. Autocriação	268
5.2. Heterorreferência típica.....	270
5.3. Heterorreferência atípica.....	272
5.4. Configuração do processo objetivo pelo STF.....	272
5.4.1. Autocriação: o caso do Regimento Interno do STF	273
5.4.2. Autocriação com elementos de heterorreferência atípica: as medidas cautelares nas ações diretas de (in)constitucionalidade.....	274
5.4.3. Heterorreferência atípica: a pertinência temática	275
5.5. Conclusões	278

6.	Subjetivação do processo objetivo pelo STF?.....	278
7.	O processo objetivo na jurisprudência do STF	279
7.1.	Definições gerais, irrelevância de interesses concretos e falta de partes	279
7.2.	Aplicação de regras do processo civil (heterorreferência atípica).....	280
7.3.	Impedimento.....	282
7.4.	Possibilidade de cumulação de pedidos de diferentes Ações Diretas.....	283
7.5.	Objeto da Ação Direta.....	283
8.	Leituras de aprofundamento	284
9.	Exercícios práticos.....	284

V

MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E TÉCNICAS DE DECISÃO NO CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE

1.	Métodos de interpretação constitucional	285
1.1	Interpretação textual (“gramatical”)	286
1.2	Interpretação sistemática.....	287
1.3	Interpretação histórica (teleologia subjetiva)	287
1.4	Interpretação teleológica objetiva	288
2.	Problemas dos métodos de interpretação e a determinação hermenêutica do parâmetro do controle de constitucionalidade.....	288
3.	Interpretação do texto normativo impugnado conforme a Constituição como técnica de decisão no controle de constitucionalidade	293
3.1.	Definição e hipóteses de aplicação	293
3.2.	Exemplos jurisprudenciais.....	296
4.	Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	298
4.1.	Definição e exemplos	298
4.2.	Distinção entre interpretação conforme a Constituição e inconstitucionalidade parcial sem redução de texto	299
5.	Decisões manipulativas	301
5.1.	Decisões aditivas	301
5.1.1.	Definições	301
5.1.2.	Espécies	302
5.1.3.	Decisões aditivas no STF?	304
5.2.	Decisões substitutivas	305
6.	Apelo ao legislador	305
6.1.	Definição	305
6.2.	Espécies.....	306
6.3.	Efeitos do apelo ao legislador.....	307
7.	“Estado de coisas inconstitucional”	308
8.	Análise de um caso de interpretação constitucional. A mutação constitucional como método interpretativo na Reclamação 4.335.....	309
8.1.	Reclamação 4.335. Trechos do voto do Relator Min. Gilmar Mendes	309

8.2. Perspectivas críticas	311
8.2.1. Interpretações autocriativas do STF	311
8.2.2. A mutação constitucional como método de interpretação	313
9. Exercícios práticos.....	316
9.1. Interpretar é criar?	316
9.2. Analisando argumentações judiciais	316
10. Leituras de aprofundamento	317

VI

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE JUDICIAL INCIDENTAL-CONCRETO NO BRASIL

1. Quem pode alegar a inconstitucionalidade?	320
1.1. O autor da ação	320
1.2. O réu	320
1.3. O Ministério Público e terceiros.....	320
1.4. O julgador	320
2. Em que tipo de processo pode ser arguida a inconstitucionalidade?.....	320
3. Que juiz pode decidir sobre a inconstitucionalidade?	322
3.1. A reserva do Plenário	322
3.2. Limites do exame de questões de constitucionalidade pelo STJ	323
4. Efeitos da decisão	324
5. Recursos	325
6. O Recurso Extraordinário no âmbito do controle incidental-concreto.....	325
6.1. Hipóteses de cabimento	325
6.2. Juízo de admissibilidade.....	328
6.3. Processamento.....	329
6.4. Decisão	331
7. Reclamação constitucional.....	332
7.1. Normas vigentes.....	332
7.1.1. Constituição Federal	332
7.1.2. Código de Processo Civil.....	332
7.2. Delimitação do tema	333
7.3. Objetivos e características	334
7.4. Natureza jurídica da reclamação constitucional	334
7.5. Legitimação	336
7.6. Conteúdo da petição inicial	336
7.7. Objeto.....	337
7.8. Parâmetro.....	340
7.9. Procedimento	341
7.10. Medidas liminares	341
7.11. Decisão e efeitos	342
7.12. Recursos	342

8.	Súmula vinculante.....	343
8.1.	Normas vigentes.....	343
8.1.1.	Constituição Federal	343
8.1.2.	Lei 11.417, de 2006	343
8.2.	Objetivos e características da súmula vinculante em comparação com a súmula de jurisprudência.....	345
8.3.	Legitimação	347
8.4.	Requisitos e objeto	348
8.5.	Parâmetro	349
8.6.	Procedimento	349
8.7.	Decisão e efeitos.....	350
8.8.	Coisa julgada?	351
8.9.	Recursos	352
8.10.	Natureza jurídica	352
9.	Exercícios práticos.....	353
10.	Leituras de aprofundamento	353

VII

PROBLEMAS DE LEGITIMIDADE DA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

1.	Introdução: politicidade e legitimidade.....	355
2.	A crítica de Thayer	358
3.	Argumentos contra o controle judicial de constitucionalidade.....	359
3.1.	Falta de competência	360
3.2.	Falta de necessidade lógica	360
3.3.	Subjetivação-moralização.....	361
3.4.	Usurpação do poder constituinte reformador.....	362
4.	Argumentos a favor do controle judicial de constitucionalidade.....	363
4.1.	O controle de constitucionalidade como dever de ofício.....	363
4.2.	Argumento dos direitos fundamentais (tutela das minorias).....	364
4.3.	Argumento dos freios e contrapesos	365
4.4.	Argumento da consolidação.....	366
4.5.	Argumento da neutralidade e da especialização	367
5.	Argumentos conciliadores	368
5.1.	Controle de constitucionalidade sem supremacia judicial (equivalência institucional dos fiscais da Constituição)	368
5.2.	Autolimitação do Judiciário	371
5.2.1.	Conteúdo e manifestações da autolimitação	371
5.2.2.	O problema do “legislador negativo”	373
5.3.	Avaliação performática do controle judicial.....	376
5.3.1.	Avaliação do impacto social: o difícil debate “ativismo vs. passivismo”... ..	376
5.3.2.	Avaliação da organização judicial	378
5.3.3.	Avaliação da qualidade argumentativa.....	379
6.	O futuro do controle judicial e as possíveis reformas do STF.....	380

6.1. Problemas da combinação do controle concreto e abstrato	380
6.2. Propostas de reforma processual do processo constitucional	382
7. Exercícios práticos.....	386
8. Leituras de aprofundamento	387

VIII

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NÃO JUDICIAL

1. Fiscalização da constitucionalidade pelo Poder Legislativo.....	389
1.1. Controle preventivo no processo legislativo	389
1.2. Controle repressivo pelo Senado Federal.....	391
1.2.1. A previsão constitucional e suas possíveis “mutações”	391
1.2.2. Conteúdo da decisão do Senado.....	393
1.2.3. Efeitos da decisão do Senado.....	394
1.3. Leituras de aprofundamento	395
2. Controle de constitucionalidade pelo Poder Executivo.....	396
2.1. Controle preventivo pelo Presidente da República	396
2.2. Controle repressivo (não aplicação de norma inconstitucional)	397
2.3. Leituras de aprofundamento	399

IX

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

1. <i>Habeas corpus</i>	402
1.1. Normas vigentes.....	402
1.2. Objetivos e características	403
1.3. Legitimação	404
1.3.1. Legitimação ativa.....	404
1.3.2. Legitimação passiva	405
1.4. Competência	406
1.5. Objeto.....	406
1.6. Parâmetro	408
1.7. Procedimento	409
1.8. Sentença e efeitos	411
1.9. Recursos	411
1.10. Leituras de aprofundamento	412
2. Mandado de segurança.....	412
2.1. Normas vigentes.....	412
2.2. Objetivos e características	416
2.3. Legitimação	417
2.3.1. Legitimidade ativa	417
2.3.2. Legitimidade passiva.....	418
2.3.3. Litisconsórcio ativo e passivo	419
2.4. Competência	420

2.5.	Objeto.....	421
2.6.	Parâmetro	423
2.7.	Procedimento	423
2.7.1.	Petição inicial	423
2.7.2.	Prazo.....	424
2.7.3.	Medidas liminares.....	424
2.7.4.	Trâmite.....	425
2.8.	Sentença e efeitos	426
2.9.	Recursos.....	426
2.10.	Peculiaridades do mandado de segurança coletivo	427
2.10.1.	Objeto.....	427
2.10.2.	Legitimados.....	428
2.10.3.	Litispendência	429
2.10.4.	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	429
2.11.	Leituras de aprofundamento	430
3.	Mandado de injunção.....	431
3.1.	Normas vigentes.....	431
3.2.	Objetivos e características.....	433
3.3.	Legitimação	433
3.4.	Competência	434
3.5.	Objeto.....	434
3.6.	Parâmetro	435
3.7.	Procedimento	435
3.8.	Sentença e efeitos	435
3.9.	Recursos	437
3.10.	Leituras de aprofundamento	437
4.	<i>Habeas data</i>	438
4.1.	Normas vigentes.....	438
4.2.	Objetivos e características.....	439
4.3.	Legitimação	440
4.4.	Competência	440
4.5.	Objeto.....	440
4.6.	Parâmetro	441
4.7.	Procedimento	441
4.8.	Sentença e efeitos	442
4.9.	Recursos	442
4.10.	Leituras de aprofundamento	442
5.	Ação popular	442
5.1.	Normas vigentes.....	442
5.2.	Objetivos e características.....	447
5.3.	Legitimação	447
5.3.1.	Legitimado ativo	447
5.3.2.	Legitimado passivo	448
5.4.	Competência	449

5.5. Objeto.....	449
5.6. Parâmetro.....	450
5.7. Procedimento	450
5.8. Sentença e seus efeitos	451
5.9. Recursos	452
5.10. Leituras de aprofundamento	452
BIBLIOGRAFIA.....	453